





## PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ ESTADO DE MINAS GERAIS

### ANEXO I

#### Anexo I da Lei 2069/2014 – Classes de Cargos de Provimento em Comissão

<b>Cargo Comissionado</b>	<b>Número Vagas</b>	<b>Recrutamento Provimento</b>	<b>–</b>	<b>Carga Horária</b>	<b>Vencimento mensal</b>
Chefe de Gabinete da Presidência	01	Recrutamento Amplo - Livre nomeação e exoneração		Cf. Anexo V	R\$ 5.934,28
Assessor Jurídico II	01	Recrutamento Amplo - Livre nomeação e exoneração		Cf. Anexo V	R\$ 7.155,00



# **PREFEITURA MUNICIPAL DE MATIPÓ**

## **ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **ANEXO II**

#### **Inciso II do Anexo V da Lei 2069/2014 – Descrição do Cargos de Provimento em Comissão**

##### **II. Assessor Jurídico II**

a. Carga horária/jornada e regime de trabalho:

a.1. comparecimento presencial a todas as reuniões do Plenário, ordinárias e extraordinárias, independentemente do tempo decorrido para a finalização da reunião, com obrigação de comparecimento com antecedência de 1 (uma) hora anterior à reunião;

a.2. regime de teletrabalho em dias e horários de funcionamento da Câmara, executado mediante assessoramento e consulta à distância (meios tecnológicos de comunicação e transmissão de dados) para execução das atribuições previstas na alínea "g (Objetivo Geral (atribuições))".

a.3. a aferição do cumprimento da carga horária/jornada se dará mediante controle ou aferição mensal a cargo do Chefe de Gabinete ou de membro da Mesa Diretora;

b. Provimento: comissionado;

c. Recrutamento: livre nomeação e exoneração;

d. Número de vagas: 01;

e. Vencimento mensal: R\$ 7155,00 (sete mil, cento e cinquenta e cinco reais);

f. Pré-requisito:

1. requisitos gerais inerentes aos servidores públicos da Câmara Municipal de Matipó;

2. Formação completa em curso de nível superior em direito com regular inscrição perante a Ordem dos Advogados do Brasil

g. Objetivo Geral (atribuições): Exercer as atividades, atribuições e competências da Assessoria Jurídica, notadamente:

1. Prestar assessoria com fidúcia ao Presidente da Câmara Municipal;

2. Prestar assessoria jurídica ao Plenário e Comissões da Câmara Municipal, devendo estar disponível durante todos os dias úteis através dos meios eletrônicos tais como telefone e aplicativos de mensagens instantâneas;

3. Prestar assessoramento jurídico mediante acompanhando presencial, na sede da Câmara Municipal, de todas as reuniões ordinárias e extraordinárias do Plenário e das Comissões, independentemente do número de dias e carga horária;

4. Prestar assessoria nos assuntos processuais e judiciais;

- Prestar assessoria em assuntos envolvendo o Tribunal de Contas;

- Prestar assessoria jurídica diretamente aos Vereadores, nos assuntos envolvendo a elaboração de proposições das mais diversas naturezas, tais como indicações, requerimentos, projetos de lei e projetos de resolução, devendo estar disponível durante todos os dias úteis através dos meios eletrônicos tais como telefone e aplicativos de mensagens instantâneas.